

O IV Congresso do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus) foi aberto, nesta quinta-feira (06/11), pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). Idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o evento acontece, pela primeira vez, no Nordeste do país, e reúne mais de mil participantes, entre magistradas(os), servidoras(es), gestoras(es) e especialistas da área. O intuito é estudar e propor soluções para as demandas relacionadas à saúde pública e suplementar. O congresso ocorre no Centro de Eventos do Ceará até esta sexta-feira (07/11).

“O ideal é que não seja necessária uma ação judicial para se ter acesso à saúde. Mas, se for necessário que esse acesso seja realizado por meio do Poder Judiciário, ele vai ser realizado. Os magistrados têm que decidir sobre a vida, sobre dor, sobre esperança e, ao mesmo tempo, lidar com essas questões complexas, tendo que também ter racionalidade. Eles se dedicam de forma árdua em todos esses conflitos, se qualificam, e esse é o nosso papel: dar suporte para que os nossos magistrados e as nossas magistradas possam melhor decidir sobre direito à saúde”, destacou a supervisora do Fonajus, conselheira Daiane Nogueira de Lira, do CNJ, na abertura da programação.

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), ressaltou a importância do trabalho dos Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário (NatJus) que, em parceria com universidades e grandes hospitais, oferecem fundamentação científica para amparar a análise de processos relacionados à saúde. “Já foram emitidas, desde 2019, mais de 370 mil notas técnicas para auxiliar os juízes do Brasil inteiro sobre um determinado tratamento, sobre um determinado medicamento. É fundamental esse trabalho do Conselho Nacional de Justiça, e muitas vezes as pessoas não têm dimensão. Por isso, é importantíssimo esse IV Congresso”, disse.

O presidente do TJCE, desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto, salientou o êxito do evento. “Se tem uma área em que o atingimos diretamente a vida do cidadão é a judicialização da saúde. Consideramos que o Congresso já é um sucesso, o que será confirmado no decorrer das oficinas, das palestras, com pessoas de referência nacional e até internacional”, observou.

A abertura do evento ainda contou com apresentação do cantor e sanfoneiro Waldonys. Além das autoridades já citadas, compuseram a mesa de abertura: o governador do Ceará, Elmano de Freiras; o deputado Federal Domingos Neto, relator do Projeto de Lei que propõe uma ampla reforma na Lei dos Planos de Saúde; o ministro Raul Araújo Filho, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); o presidente do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (Conseppe) e do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), desembargador Raduan Miguel Filho; a presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), desembargadora Maria Iraneide Moura Silva; o defensor público-geral federal, Leonardo Cardoso Magalhães; o procurador-geral de Justiça do Ceará, Haley de Carvalho; a defensora pública-geral do Ceará, Sânia Farias; e a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção Ceará (OAB-CE), Christiane Leitão.

PALESTRA E PAINEL

A programação técnica começou com a palestra “Terapias avançadas e medicina baseada em evidências”, conduzida pela professora Ludhmila Hajjar, titular de Emergências e coordenadora da Pós-Graduação em Cardiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). A palestra teve participação do deputado federal Doutor Luizinho e da conselheira Daiane Lira, bem como do ministro Raul Araújo Filho, que presidiu os trabalhos.

“Queremos levar o que é de melhor para a vida das pessoas, queremos entregar equidade em saúde. Isso é a concretização da justiça social, mas nós temos que trabalhar com a sustentabilidade. Na medicina baseada em evidências, as decisões deixam de ser individuais, deixam de ser empíricas e passam a ser fundamentadas. O maior desafio é: queremos dar acesso a todas essas tecnologias para toda a população, garantindo a sustentabilidade do sistema”, afirmou a professora da USP.

O painel “Um ano das Súmulas Vinculantes 60 e 61 do STF: Impactos, Avanços e Desafios” foi realizado logo depois. A conselheira Daiane Lira presidiu os debates, que contaram com o defensor público-geral federal, Leonardo Cardoso Magalhães; a juíza do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que atua como auxiliar da Presidência do CNJ, Luciana Veiga de Oliveira; o diretor de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, Rodrigo Portella Guimarães; a defensora pública-geral do Ceará, Sâmia Farias; o procurador do Estado do Rio Grande do Sul, Lourenço Floriani Orlandini; e a conselheira do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Priscila Torres da Silva.

Toda a [programação](#) está sendo transmitida, ao vivo, pelo Canal do CNJ no Youtube. Clique [AQUI](#) para conferir.

OFICINAS TEMÁTICAS

No turno da tarde, foram realizadas oito oficinas temáticas, divididas em dois blocos. No primeiro bloco, uma delas trouxe as decisões judiciais e a análise de evidências científicas em saúde, sob a coordenação da desembargadora federal Giselle Amaro e França, e da Conselheira do CNJ e ouvidora nacional da Mulher, Renata Gil de Alcântara, que contou com a participação de representantes da área médica.

O Tema 1234, estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que trata do fornecimento de medicamentos de alto custo, foi discutido com base na operacionalização do cumprimento das decisões judiciais. Contou com a mediação da desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Liselena Schifino Robles Ribeiro, e da assessora jurídica do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Mônica de Oliveira Lima, reunindo representantes da Justiça Federal, do Ministério da Saúde e do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma).

Os critérios de julgamento e respeito à isonomia quanto à regulação de filas, consultas, cirurgias e UTI reuniram especialistas, magistradas e magistrados e outros integrantes do sistema de justiça para discutir a questão, com a mediação do juiz do TJCE, Bruno Gomes Benigno Sobral, e do juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Rodrigo Gonçalves de Souza.

Ainda no primeiro bloco, foram discutidas as ações judiciais e os casos de autismo, abordando o diagnóstico e as evidências científicas para o tratamento, sob a coordenação da juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Rafaela Turra.

No segundo bloco, ocorreu a oficina “Avaliação Econômica de Tecnologias em Saúde”, que contou com a mediação do presidente da Fundação Faculdade de Medicina da USP, Arnaldo Hossepián, e do juiz substituto em 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Márcio Boscaro, e a participação de representantes do setor de regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) e do TelessaúdeRS (projeto vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre).

Paralelamente, foram discutidos os temas 500, 793 e 1161 do STF, que tratam, respectivamente, do dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela Anvisa, desde que não sejam experimentais; da responsabilidade solidária dos entes federados em relação à prestação de serviços de saúde; e do dever do Estado de fornecer medicamento que, embora não possua registro na Agência, tem a sua importação autorizada pelo órgão. A oficina foi coordenada pela juíza federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Niliane Meire Lima, e pelo juiz do TJCE e presidente da Associação Cearense de Magistrados (ACM), José Hercy Ponte de Alencar.

Os entraves e possíveis caminhos para a mediação e conciliação em saúde também foram tema de oficina, que teve como mediadoras a Conselheira do CNJ, Mônica Nobre, e a desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Kátia Balbino de Carvalho Ferreira.

Por fim, a judicialização da saúde suplementar, principalmente sobre os direitos e limites no tratamento, foi o tema da oficina conduzida pela conselheira do CNJ, Daniela Madeira Pereira e pelo advogado Luiz Felipe Conde.

PARTICIPANTES

Advogada há 15 anos, Marilac Abreu passou a se dedicar à área da saúde nos últimos dois anos e acredita que o congresso é necessário para aprimorar o atendimento aos clientes. “Em razão do aumento da judicialização, um evento como esse é extremamente importante para capacitar tanto o Judiciário como os operadores de Direito, para que a gente consiga garantir o tratamento, o acesso às medicações, e tudo o que a nossa população precisa, de forma justa”, destacou.

A juíza Rafaella Holanda Silveira, do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), atua no 1º Núcleo de Justiça 4.0 – Saúde Suplementar, onde a maioria das demandas envolvem as terapias para o tratamento de pessoas autistas. Ela considera que a programação possibilita um intercâmbio de conhecimento. “Se a gente pegar o nosso universo de 100% das ações de planos de saúde, 90% relacionam-se à não cobertura de todas as terapias que os médicos demandam para os pacientes. Então vim com uma assessora e o coordenador do Núcleo de Saúde para a gente trocar experiências e ouvir como que, nos outros estados, os colegas estão lidando com essa temática para conseguir prestar um melhor serviço à população”, enfatizou.

“Estamos agora com 35 anos do SUS. Celebramos essa data com grande ânimo, e essa aproximação do Executivo com o CNJ tem sido profícua no âmbito das decisões judiciais. Nós temos, de certa forma, cuidado para que essa desjudicialização continue e cresça, e para que o impacto orçamentário que dela tem sido gerado, que é grandioso, seja voltado para as políticas públicas de saúde, que realmente é o que a gente precisa trabalhar e precisa focar para o SUS”, pontuou a diretora de Judicialização do Ministério da Saúde, Tarciana Sá.

SEXTA-FEIRA

A programação do IV Congresso do Fonajus continua nesta sexta-feira (07/11), com a entrega do III Prêmio Justiça e Saúde, que terá participação do presidente do STF e do CNJ, ministro Edson Fachin. Em seguida, ocorrerão os painéis sobre “Desafios e futuro da saúde suplementar” e “Plataforma nacional de medicamentos e e-NatJus 4.0”. Ainda haverá a palestra “Direito à saúde no Brasil: atuais desafios jurídicos”, com a ministra Cármem Lúcia, do STF, que é presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na sequência, será realizada a conferência de encerramento, com lançamentos do Guia Prático para os Temas 6 e 1234 e da Pesquisa Diagnóstico da Judicialização da Saúde Pública e Suplementar. À tarde, será promovido encontro do Comitê Executivo Nacional do Fonajus com condenadoras(es) e vice-coordenadoras(es) dos Comitês Estaduais e Saúde.

SAIBA MAIS

O Fonajus foi instituído pela Resolução nº 107/2010 do CNJ e, desde então, tem desenvolvido estudos e iniciativas para o aprimoramento do Sistema de Justiça na área da saúde, buscando maior efetividade nas decisões judiciais e a prevenção de novos conflitos. Os debates foram intensificados a partir de 2022, quando ocorreu o I Congresso, que tratou de temas como ética médica e judicialização da saúde. A segunda edição, realizada em 2023, abordou doenças raras e judicialização da saúde. Na terceira edição, em 2024, foram debatidos temas como incorporação de novas tecnologias em saúde, medicina na visão dos temas 6 e 1234 do STF.

SERVIÇO

IV Congresso Nacional do Fonajus

Data: 6 e 7 de novembro de 2025

Local: Centro de Eventos do Ceará, Fortaleza - CE

Público-alvo: magistradas(os), servidoras(es), gestoras(es) e especialistas em saúde pública e suplementar

Aplicativo: <https://fonajus-tjce.glide.page/>

Fonte: TJCE, em 06.11.2025